



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Campus Centro - Caixa Postal 252.
CEP: 56.304-205 - Petrolina – PE, Telefone: 87 2101-6823
www.sead.univasf.edu.br; E-mail: sead@univasf.edu.br

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

ANA KARINA NUNES AMORIM ANGELIN

**DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Petrolina-PE

2019

ANA KARINA NUNES AMORIM ANGELIN

**DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Desenvolvimento Infantil, ofertado pela Secretaria de Educação à Distância (SEAD), da UNIVASF, para obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Infantil

Orientador: Diego Dias Barrense

PETROLINA-PE

MARÇO/2019

DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Ana Karina Nunes Amorim Angelin

Resumo: Realizou-se uma revisão sistemática da literatura nacional, em artigos científicos que tratavam sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional, produzidos no período entre 2009 e 2018. A busca deu-se em três bases de dados da área da saúde, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Científicos em Psicologia (PePSIC) e área afins, utilizando-se os descritores Acolhimento Institucional, desenvolvimento infantil, infância e abrigo. O artigo teve como objetivos: analisar a produção científica nacional que trata sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional; identificar publicações científicas sobre a relação entre a experiência de institucionalização e o desenvolvimento infantil e compreender possíveis fatores de risco e fatores protetivos relacionados ao acolhimento institucional de crianças. Os principais resultados demonstram que o limite entre os fatores de risco e os fatores de proteção no desenvolvimento de crianças acolhidas está diretamente relacionado ao tempo de acolhimento e a qualidade do cuidado ofertado à criança.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, desenvolvimento infantil, infância

Abstract: There happened a systematic revision of the national literature, in scientific articles that were negotiating on the children's development in institutional welcome, produced in the period between 2009 and 2018. The search happened in three bases of data of the area of the health, Latin-American Literature and of the Caribbean in Sciences of the Health (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scientific Magazine in Psychology (PePSIC) and area relatives, when the descriptors are used Institutional Welcome, childlike development, childhood, shelter. The article had like objectives: to analyse the national scientific production that negotiates on the children's development in institutional welcome; to identify scientific publications on the relation between the experience of institutionalization and the childlike development and to understand possible factors of risk and factors protective made a list to the institutional children welcome. The main results demonstrate that the limit between the factors of risk and the factors of protection in the development of welcomed children is straightly connected to the time of welcome and the quality of the care offered to the child.

Keywords: Institutional welcome, childlike development, childhood

Introdução

A Constituição Federal Brasileira (CFB) dispõe, no artigo 227 que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sabe-se que a preservação do convívio familiar de crianças e adolescentes é preconizada em nossa legislação, contudo em situações em que isso não é possível cabe ao Estado garantir alternativas para que crianças e adolescentes sejam protegidos em sua integridade física e psicológica.

Assim, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta o referido artigo 227 da Constituição Federal, especificamente no artigo 98, dispõe sobre as medidas de proteção que deverão ser aplicadas à criança e ao adolescente no caso de ameaça ou violação aos direitos previstos na referida Lei.

Dentre as medidas de proteção previstas no ECA, com algumas alterações pela Lei 12.010/09, destacamos o acolhimento institucional (art. 101, inciso VII do ECA, 1990), uma medida extrema, que só deve ser utilizada diante de situações consideradas graves e depois de esgotados os esforços para a manutenção na família de origem. Inicialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente utilizava o termo abrigo, o qual foi substituído por acolhimento institucional, por meio da Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009.

Nesse sentido, o parágrafo 1º do artigo 101 do ECA, traz que:

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Mesmo com o reconhecimento pela legislação brasileira, da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos, tanto dos que também dizem respeito aos adultos como de tantos outros próprios em vista das peculiaridades inerentes a condição especial de ser humano em desenvolvimento, ainda se observa um número expressivo de situações de

violações de direitos das mais diversas ordens, o que resulta em um total de 46.286 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, tanto em faixas etárias precoces como mais elevadas, segundo dados colhidos junto ao Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), do Conselho Nacional de Justiça –CNJ, em 03/01/2019.

Por outro lado, os avanços nos estudos sobre desenvolvimento infantil revelam que as experiências tidas nos primeiros anos de vida podem impactar, de forma positiva ou negativa, no desenvolvimento biopsicossocial de cada pessoa, tanto no estágio em que se encontra como nos estágios posteriores da vida, em vista da especificidade e da relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Nesse sentido, em 08 de março de 2016, foi sancionada a Lei 13.257 reconhecida como Marco Legal da Primeira Infância. Um instrumento jurídico que representa mais um avanço na legislação brasileira no sentido da proteção integral da criança nos seus primeiros anos de vida, por meio da execução de políticas públicas amplas e articuladas.

O Comitê Científico Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) define a primeira infância como a fase compreendida entre 0 e 6 anos, sendo este um período crucial no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014).

Diante do exposto, consideramos importante conhecer como tem sido estudada a relação entre a experiência de institucionalização e o desenvolvimento de crianças, bem como propor reflexão sobre essa temática. Portanto, o presente artigo tem como objetivos analisar a produção científica nacional que trata sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional; identificar publicações científicas sobre a relação entre a experiência de institucionalização e o desenvolvimento infantil e compreender possíveis fatores de risco e fatores protetivos relacionados ao acolhimento institucional de crianças.

Método

Realizou-se uma busca em três bases de dados da área da saúde, a saber: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Científicos em Psicologia e área afins (PePSIC), utilizando os

descritores acolhimento institucional, desenvolvimento infantil e infância, que estavam presentes no título, no resumo, ou nas palavras-chave ou nos resultados dos estudos. Como resultado, obtiveram-se 3368 produções.

Mediante a leitura criteriosa do título e do resumo, a fim de verificar a adequação com os critérios de inclusão, a amostra final foi constituída de 29 artigos científicos da literatura nacional, que tratavam sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional, produzidos no período entre 2009 e 2018.

Na seleção desses artigos os critérios de inclusão foram: i) publicados entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018 ii) artigos em português iii) artigos com temática pertinente aos objetivos da revisão e que respondam a pergunta norteadora do tema. Foram excluídos os artigos que não estavam disponíveis em formato completo; outros trabalhos diferentes de artigos. Os estudos duplicados foram contabilizados uma única vez. Para facilitar a coleta e sistematização dos dados foi elaborada uma planilha exclusiva para este trabalho a partir da leitura dos resumos, e quando necessário, dos textos completos, sendo definidas as seguintes categorias de análise: ano de publicação; base de dados da publicação; título do artigo; autor (es), participantes, objetivos e metodologia (para os estudos empíricos).

Tabela 1. Quadro síntese dos artigos analisados

Nº	Ano	Base de dados	Título	Autor (es)	Participantes	Metodologia
01	2009	SCIELO	Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica	CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES F. A. R.	Profissionais (técnicos)	Quantitativa Fontes documentais, entrevistas
02	2009	SCIELO	O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade	SALINA-BRANDÃO, A; WILLIAMS, L. C. de A.	Avaliadores e coordenadores de abrigos	Qualitativa, Entrevistas, questionários e análise documental
03	2009	SCIELO	Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo	VASCONCELOS, Q. A.; YUNES M. A. M.; GARCIA, N. M.	Família, profissionais (técnicos e cuidadores e dirigentes) Pesquisadores	Qualitativa Inserção Ecológica
04	2010	PePSIC	Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes	CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. da C. e; MAGALHÃES, C. M. C.	-	Discute resultados de estudos e pesquisas

05	2010	PePSIC	Vivências de exclusão em crianças abrigadas	BUFFA, C. G., TEIXEIRA, S. C. de P.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.	Crianças	Qualitativa Entrevistas e elaboração de narrativas
06	2010	SCIELO	Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes	MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A.	-	Análise documental
07	2011	SCIELO	O luto em instituições de abrigamento de crianças	TINOCO, V.; FRANCO, M. H. P.	Profissionais (técnicos)	Qualitativa
08	2011	PePSIC	Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados	ANDRADE, M. S. de A.	Crianças	Quantitativa Questionário
09	2012	PePSIC	Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional	AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M. da; MATTOS, P. M. de	Profissionais (educadoras)	Qualitativa; Teste do desenho temático e observação
10	2012	LILACS	Perfil do desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos familiares de crianças institucionalizadas na cidade do Recife	LIMA, A. K. P. de L.; LIMA, A. de O.	Crianças	Quantitativa Teste de triagem de Denver
11	2012	SCIELO	Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas	ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al.;	-	Investigações sócio demográficas, estudos de caso, entrevistas, pesquisa documental, grupos de discussão
12	2012	SCIELO	Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento	TOMÁS, D. N.; VECTORE, C.	Profissionais (cuidadoras)	Qualitativa Entrevistas, observações e vídeo-gravações
13	2013	PePSIC	Reflexões acerca da Experiência de Observação de um Bebê Abrigado	NASCIMENTO, R. D. M. do; PEDROSO, J. da S.	Bebê nos quatro primeiros meses de vida	Qualitativa; Observação direta
14	2013	SCIELO	Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas	CHAVES, C. M. P. et al.;	Crianças	Quantitativa Estudo descritivo, transversal
15	2013	PePSIC	Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional	ÁLVARES, A. de M.; LOBATO, G. R.	Crianças e adolescentes	Quantitativa Coleta de dados Questionário,
16	2014	SCIELO	Estudo do “Ages and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas	CRUZ, E. J. S. da; DIAS, G. B.; PEDROSO, J. da S.	Crianças Profissionais (cuidadores)	Quantitativa O instrumento utilizado foi o Ages and Stages Questionnaires,
17	2014	SCIELO	Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas	FRANCO, E. C.; LOPES, A. C.; LOPES-HERRERA, S. A.	Crianças	Quantitativa Teste Avaliação do Desenvolvimento da Linguagem, audiometria com reforço visual

18	2014	PePSIC	Inventário do Conhecimento do Desenvolvimento Infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional	CRUZ, E. J. S. da; CAVALCANTE, L. I. C.; PEDROSO, J. da S. P.	Mães	Quantitativa Coleta de dados, entrevista
19	2014	PePSIC	O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento	BRITO, C. O. de; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A.	Profissionais (técnicos)	Qualitativa Inserção ecológica, Grupos Focais
20	2015	SCIELO	Desempenho de vocabulário em crianças pré-escolares institucionalizadas	MISQUIATTI, A. R. N.; NAKAGUMA, P. G.; BRITO, M. C. B.; OLIVATI, A. G.	Crianças Acolhidas Crianças provenientes de escolas pública e privada	Quantitativa Teste de Vocabulário – ABFW, análise estatística dos dados (Teste de Kruskal-Wallis).
21	2015	LILACS	Avaliação de Desenvolvimento de Bebês em Acolhimento Institucional com “Ages and Stages Questionnaires	DIAS, G. B.; PEDROSO, J. da S.; SANTOS, A. C. S. L. dos	Crianças Profissionais (cuidadoras)	Quantitativa Questionários Ages and Stages
22	2015	PePSIC	Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais.	CARVALHO, C. F. et al.	Profissionais (educadores)	Qualitativa
23	2016	PePSIC	Assistência dos cuidadores nas atividades de autocuidado de crianças em acolhimento institucional	AZEVEDO, T. B. V. de et. al	Profissionais (cuidadores)	Qualitativa; Observação direta, sessões de filmagem;
24	2016	PePSIC	Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária	HUEB, M. F. D.	-	Discussão teórica aliada com a prática clínica
25	2017	SCIELO	Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo	LEMOS, S. de C. A.; GECHHELE, H. H. L.; ANDRADE, J. V. de	Profissionais (cuidadoras) crianças e adolescentes	Qualitativa Estudo de campo,
26	2018	PePSIC	O olhar do agente educador sobre a constituição psíquica de crianças acolhidas	OMIZZOLLO, P.; SILVA, M. da R.	Profissionais (agentes educadores)	Qualitativa Entrevistas
27	2018	PePSIC	Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas	GUERRA, L. L.; DEL PRETTE, Z. P.	Crianças Profissionais (cuidadores)	Quantitativa Questionários Fichas de caracterização, da criança e do cuidador
28	2018	PePSIC	Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo	HEUMANN, S.; CAVALCANTE, L. I. C.	Profissionais (educadores ou técnicos)	Quantitativa

29	2018	SCIELO	O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico	MEDEIROS, B. C. D. de	-	Análise das produções acadêmicas; pesquisas bibliográficas
----	------	--------	--	-----------------------	---	--

Resultados e Discussão

Para facilitar a compreensão dos resultados, optou-se por apresentá-los na mesma ordem das categorias mencionadas na seção método.

Quanto à quantidade de publicação por ano, foram encontrados os seguintes resultados: em 2009, três artigos; em 2010, três artigos; em 2011, dois artigos; em 2012, quatro artigos; em 2013, três artigos; em 2014, quatro artigos; em 2015, três artigos; em 2016, dois artigos; em 2017, um artigo e em 2018, quatro artigos. Tais números revelam que não há progressão regular nas publicações sobre a temática estudada.

Os resumos foram localizados principalmente na base de dados PePSIC (n=14), seguida da SciELO (n=13), tendo a LILACS apenas (n=02). Vale ressaltar que um artigo constava em duas bases de dados, sendo contabilizado apenas na primeira base em que foi localizado, na segunda foi considerado repetido e excluído.

Tomando como base os 24 estudos empíricos encontrados, buscou-se identificar os participantes, sendo verificada a participação de crianças acolhidas, em 12 produções; de profissionais (educadores/cuidadores), em 10 produções; de profissionais técnicos em 5 produções; de crianças não acolhidas, em 01 produção; de mães, em 01 produção; de famílias, 01 produção; de dirigentes de instituição, em 02 produções; de avaliadores de instituições, em 01 produção e de pesquisadores, em 01 produção.

Considera-se importante salientar que apenas quatro produções, sendo dois estudos teóricos e dois empíricos, tinham como foco a família de crianças e adolescentes acolhidos, embora a legislação brasileira estabeleça como prioridade a preservação de crianças e adolescentes em sua família de origem e reconheça o acolhimento institucional como medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta (ECA, 2009). Sobre essa questão, Rizzini (2007) traz que a

família possuiu um lugar privilegiado de proteção e pertencimento para seus membros, inclusive para o público infantil e juvenil.

De acordo com Gulassa (2010), a relação próxima, afetiva, vincular, em meio familiar, promove segurança para a comunicação, intimidade para construir significados, possibilidade de desenvolver iniciativa, criatividade e autonomia. A capacidade de expressão, espontaneidade, sociabilidade, tão necessárias, tem origem neste primeiro grupo de referência.

A quebra dos laços afetivos pode ser decisiva para o desenvolvimento da criança. Para este autor, a estimulação e o fornecimento de uma base segura pelos pais ou cuidadores propiciam à criança o estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis. Assim, é amplamente reconhecida a importância dos pais e da família, nos seus mais diversos arranjos, no cuidado e no bem estar de seus membros, pois é este o local privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, constituindo-se como importantes fontes de estimulação afetiva, emocional e social” (BOWLBY,1969/2002, apud COSTA, 2011, p.10).

Quanto à metodologia empregada nos estudos empíricos, encontraram-se doze estudos qualitativos e doze estudos quantitativos.

Buscou-se verificar, também, por meio da leitura dos textos completos, qual o principal aspecto do desenvolvimento abordado, agrupando-se os estudos em três áreas: biopsicossocial, socioemocional e fisicomotora, apresentadas e discutidas a seguir:

Biopsicossocial

Dos artigos encontrados, quatorze ^(1,2,3,4,5,6,11,12,16,18,19,23,24,28) abordavam questões relacionadas ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes. Dentre as questões abordadas, têm-se que a entrada precoce e o tempo prolongado de institucionalização podem trazer sérios prejuízos para o desenvolvimento da criança ^(1,4,16,19,24,). Por outro lado, um dos aspectos da pesquisa realizada por Cruz, Dias e Pedroso (2014) ⁽¹⁶⁾, alerta que o elemento que interferirá para agravos no desenvolvimento da criança acolhida não será tanto o tempo de institucionalização em si, mas o tipo de atenção e interação que a criança recebe individualmente. Nesse sentido, os resultados da pesquisa mostraram que o ambiente físico da instituição de acolhimento influenciou positivamente no desempenho motor amplo avaliado no questionário aplicado.

Em seu estudo Brito, Rosa e Trindade (2014) ⁽¹⁹⁾, apontam que “As reflexões trazidas pelas equipes técnicas a respeito do tempo (tempo da criança na instituição, morosidade da

justiça e falta de tempo da equipe técnica para promover as ações necessárias com a família) revela ser este um dos pontos de tensão a ser enfrentado e resolvido na questão da reinserção familiar.

O estudo de Cruz, Dias e Pedroso (2014)⁽¹⁶⁾, traz ainda que os problemas na linguagem são indicadores negativos do processo de acolhimento institucional, principalmente quando considerada a variável tempo (acolhimento precoce e/ou por longo período).

Os estudos também alertaram para a importância de investir na formação dos cuidadores, tanto nos contextos familiares quanto nos institucionais, de modo a qualificar as práticas de atendimento às crianças e adolescentes^(3,6,12,18,23). Abordou-se ainda a necessidade de qualificar também outros atores envolvidos nas medidas de proteção⁽¹¹⁾, assim como de tornar as instituições de acolhimento mais adequadas ao desenvolvimento dos acolhidos^(2,5), ou seja, torná-las, de fato, em contexto de proteção⁽⁶⁾.

Nessa mesma linha de discussão, os resultados do estudo de Cruz, Cavalcante e Pedroso (2014)⁽¹⁸⁾, remetem à necessidade de se investir mais na difusão de informações e conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil que sejam realmente úteis ao modo como são orientadas e sustentadas do ponto de vista teórico as práticas de cuidado.

Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009)⁽¹⁾, os resultados apresentados em seu estudo permitem afirmar que os problemas de saúde mais frequentes entre as crianças no momento em que deram entrada na instituição são justamente aqueles relacionados às condições adversas impostas pela condição de pobreza e à qualidade do cuidado que lhes foi oferecido desde o nascimento, em que se inclui a alimentação insuficiente e/ou inadequada à idade, a desatenção com a higiene corporal e ambiental, o desmame precoce, o descumprimento dos programas de imunização.

Outro aspecto abordado nos estudos diz respeito ao preconceito que crianças acolhidas podem sofrer nos diversos espaços por onde circulam, principalmente na escola, o que termina por prejudicar a escolarização delas^(11,12).

Os artigos abordam também como as equipes das instituições podem apoiar a família, principalmente as mães nas orientações dos cuidados para com os filhos. Nesse sentido as equipes técnicas das instituições podem fazer a diferença na reinserção de crianças e adolescentes na família.

Apesar de não ser foco das nossas análises, identificamos o destaque da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner dentre as produções que abordaram questões relacionadas ao desenvolvimento biopsicossocial ^(1,3,4,18,19,23,28) que permite pensar em contextos além do familiar em que crianças e adolescentes podem se desenvolver de maneira saudável”. ⁽¹⁹⁾. Contudo, a teoria também aponta que o ambiente físico das instituições pode ser prejudicial ao desenvolvimento, quanto mais limitadas e repetitivas forem as atividades realizadas pela criança e pelo adolescente naquele ambiente.

Socioemocional

Das produções analisadas doze ^(7,8,9,13,15,17,20,22,25,26,27,29) tratavam sobre questões referentes ao desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes. As abordagens realizadas enfatizaram dentre outras questões, as possíveis consequências da separação prematura de crianças de suas mães, baseados, dentre outras, na teoria de Winnicot, que exalta a importância da mãe para a constituição subjetiva do bebê ⁽²⁶⁾.

A compreensão da relevância da relação de cuidado, para além dos cuidados físicos, estabelecida entre os cuidadores e as crianças para que se possa garantir um ambiente adequado para a constituição infantil se fez presente nas pesquisas de Carvalho et al. (2015) ⁽²²⁾, Medeiros (2018) ⁽²⁹⁾, Nascimento e Pedroso (2013) ⁽¹³⁾ e Omizzollo e Silva (2018) ⁽²⁶⁾.

Carvalho, et al. (2015) ⁽²²⁾ enfatiza que as interações estabelecidas no ambiente de acolhimento são primordiais para o desenvolvimento psíquico e social das crianças.

Ainda sobre isso, Avoglia, Silva e Mattos (2012) ⁽⁹⁾ e Franco, Lopes e Lopes-Herrera (2014) ⁽¹⁷⁾ dizem que os adultos constituem os modelos identificatórios das crianças e adolescentes “abrigados”, assumem o papel de orientá-los e protegê-los, por isso a relação estabelecida com os educadores desempenha papel central no desenvolvimento deles.

Carvalho, et al. (2015) ⁽²²⁾ alerta para que “o cuidado dedicado às crianças e aos adolescentes seja orientado no sentido de oferecer um ambiente seguro e não desagradável e amedrontador, o que aumentaria o sofrimento psíquico, derivado das situações vividas anteriormente.”

Nessa mesma linha de raciocínio, Guerra e Del Prette (2018) ⁽²⁷⁾, aborda que é “altamente justificada a necessidade de orientar e valorizar o repertório de cuidadores em

habilidades de expressão de atenção e afeto para com as crianças no ambiente institucional”, pois compreende também que os contextos familiar e institucional são semelhantes quanto à responsabilidade dos cuidadores e dos pais, respectivamente, em atender às necessidades da criança.

Corroborando a discussão das produções acima, os resultados da pesquisa realizada por Álvares e Lobato (2013)⁽¹⁵⁾ sugeriram o seguinte Perfil de criança/ adolescente com sintomas depressivos: ter um tempo de acolhimento superior a 2 anos, ter histórico de acolhimento, não ter padrinhos, não possuir irmãos na instituição e ser acolhida depois dos 7 anos de idade.

Os resultados do estudo de Misquiatti, et al. (2015)⁽²⁰⁾ sugerem que o ambiente social das crianças institucionalizadas não favoreceu o desenvolvimento normal da aquisição da linguagem e, conseqüentemente da aquisição lexical. Os dados indicam ainda que as crianças institucionalizadas não tiveram em seus ambientes familiares e depois em ambiente institucional interações e relações sociais, o que parece ter oferecido menores oportunidades para o desenvolvimento da linguagem.

Tendo como foco a reflexão sobre o luto nos serviços de acolhimento, o estudo realizado por Tinoco e Franco (2011)⁽⁷⁾, apontou que o processo de institucionalização é marcado por um complexo de relações permeadas por rompimentos, assim, torna-se imprescindível trabalhar o rompimento e a formação de vínculos das crianças acolhidas, de modo que se permita o crescimento e a saúde emocional do indivíduo. Considera-se a formação de vínculos afetivos como fator crucial para uma vida com relações seguras, que permitam o crescimento e a saúde emocional do acolhido.

Algumas produções também sinalizam para a necessidade de se investir na promoção da saúde dos profissionais cuidadores, em vista das especificidades do trabalho no ambiente de acolhimento que geram elevados níveis de ansiedade^(9,25).

Ainda abordando a importância dos vínculos afetivos Lemos, Gechele e Andrade (2017)⁽²⁵⁾, ressaltam as condições que são oferecidas às mães sociais para o desempenho de sua função, bem como a necessidade de preparação e capacitação dessas mulheres para lidar com a realidade dos acolhidos, respeitar sua individualidade e perceber suas necessidades. Traz ainda a necessidade de apoiar essas profissionais no sentido de se trabalhar as questões psicológicas relacionadas ao desempenho da função (apego e separação).

Segundo Andrade (2011)⁽⁸⁾, os problemas de aprendizagem das crianças e adolescentes estudados parecem ser decorrentes, dentre outras variáveis, da insegurança emocional e material, fruto da ausência de familiares e de um ambiente estimulador, já que o alto índice de criança/adolescente por cuidador no abrigo em pauta não favorece a construção de laços afetivos e significativos de forma a contribuir para o funcionamento intelectual adequado.

Já no estudo de Franco, Lopes e Lopes-Herrera (2014)⁽¹⁷⁾ concluiu-se, que as crianças residentes em abrigos não apresentaram diferença estatisticamente significativa, quanto ao desempenho de linguagem, quando comparadas às crianças que sempre permaneceram com suas famílias biológicas.

Físicomotora

Essa foi a área do desenvolvimento com menos abordagem nas produções analisadas. Foram identificados apenas três artigos ^(10,14,21),

No estudo de Chaves, et al. (2013)⁽¹⁴⁾, foi percebido que a maioria das crianças apresentou o crescimento satisfatório comparando com os padrões adotados pelo Ministério da Saúde, contudo em relação ao desenvolvimento, a maioria apresentou atrasos importantes nos fatores sociais e psíquicos, com destaque para a linguagem. Assim, no que se refere ao desenvolvimento infantil, entende-se que é preciso que as crianças sejam assistidas continuamente, de forma a trabalhar em seus sinais de atraso em quaisquer aspectos, já que a alteração em um deles pode interferir ao longo de suas vidas.

Já o estudo de Dias, Pedroso e Santos (2015)⁽²¹⁾, aborda o cuidador, como “um agente essencial e modificador da situação da criança institucionalizada”, que deveria ser uma das fontes de estudos para entender a instituição de abrigo como contexto de desenvolvimento. Alerta também para que crianças permaneçam por tempo mínimo em acolhimento, de modo que possam receber estímulos e intervenções mais direcionadas para assegurar os aspectos referentes ao desenvolvimento saudável.

O estudo de Lima e Lima (2012)⁽¹⁰⁾, ressalta que na ausência de políticas públicas voltadas para as famílias em situação de risco social, a miséria econômica e afetiva das famílias de origem dessas crianças, desfavorece um desenvolvimento saudável, além de

revelar um contexto de risco para as suas sobrevivências. Em relação ao serviço de acolhimento, destaca que um ambiente acolhedor pode diminuir os efeitos adversos da extrema pobreza e da desagregação familiar, funcionando como suporte substitutivo da família. Ainda nessa análise, ressalta o papel das cuidadoras no processo de evolução do desenvolvimento neuropsicomotor e afetivo das crianças acolhidas.

Ressalte-se ainda, que a totalidade dos artigos que versavam sobre a área físiacomotora, enfatizaram a importância dos cuidadores para um desenvolvimento infantil saudável, tanto no sentido da prevenção como na intervenção frente aos problemas detectados.

Considerações finais

O acolhimento institucional de crianças trata-se de uma questão complexa, por envolver experiências de rompimento de vínculos em uma fase da vida bastante delicada, tendo em vista a relevância das vivências da infância para o desenvolvimento do ser humano.

Assim, compreende-se que a institucionalização de crianças pode trazer sérios prejuízos para a sua formação, sendo que o limite entre os fatores de risco e os fatores de proteção no acolhimento institucional está diretamente relacionado ao tempo e a qualidade do cuidado ofertado.

Com relação a qualidade do cuidado ofertado, observou-se que a grande maioria dos artigos analisados abordam a relação entre o cuidador e a criança em acolhimento institucional, ressaltando a importância dos vínculos construídos para um saudável desenvolvimento psíquico e social.

Já no que diz respeito ao tempo, grande parte dos artigos fez referências ao princípio da provisoriedade do acolhimento institucional como fator importante para evitar prejuízos no desenvolvimento de crianças acolhidas, principalmente quando estas se encontram em idade precoce.

Por outro lado, constatou-se poucos estudos que abordam a relação do serviço de acolhimento com a família, de modo integrado, em prol do desenvolvimento das crianças acolhidas. Quer seja no sentido do resgate e/ou fortalecimento dos vínculos familiares ou até mesmo na articulação com outros serviços da rede de proteção para favorecer a superação das possíveis dificuldades que ensejaram a institucionalização.

“o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar...”
(BRASIL,2009)

Por fim, considera-se que o presente trabalho contribuiu para ampliação da temática abordada. Contudo, perante a complexidade que envolve a problemática do acolhimento institucional de crianças, compreende-se a necessidade de novos estudos na área.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: março/2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm- Acesso: março/2019.

_____. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm- Acesso: março/2019.

_____. **Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm - Acesso: março/2019

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF: CNAS, 2009.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I. [São Paulo]: Núcleo

Ciência Pela Infância - NCPI, 2014. 14 p. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento> . Acesso em: mar. 2019

Costa L.N. Interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões acerca das condições contextuais [Dissertação]. Pará: Universidade Federal do Pará, 2011.

Novos rumos do acolhimento institucional/ (organização) Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa. –São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

Anexo A –ARTIGOS ANALISADOS

1- CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES F. A. R. (2009) Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, 14(2),615-625

2- SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. de A. (2009). O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, São Paulo, 22(3), 334-343.

03- VASCONCELOS, Q. A.; YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M. (2009). Interações família-abrigo. *Paideia*, 19(43), 221-229

04- CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. da C. e; MAGALHÃES, C. M. C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista mal-estar e subjetividade*, Fortaleza – vol. X – Nº 4 – p. 1147-1172

05- BUFFA, C. G., TEIXEIRA, S. C. de P.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática* , 12(2):17-34

06- MORÉ, C. L O. O.; SPERANCETTA, A (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528.

07- TINOCO, V.; FRANCO, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*. Campinas. 28(4) , 427-434

08- ANDRADE, M. S. de A., (2011). Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. *Rev. Psicopedagogia*; 28(87): 219-25

- 9- AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M. da; MATTOS, P. M. de (2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento. Revista mal-estar e subjetividade - Fortaleza - vol. Xii - Nº 1-2: 265 – 292.
- 10- LIMA, A. K. P. de L.; LIMA, A. de O.(2012). Perfil do desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos familiares de crianças institucionalizadas na cidade do Recife. Revista CES Psicologia.5(1), 11-25
- 11- ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. 2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. Psicologia: Reflexão e Crítica, São Paulo, 25 (2), 390-399.
- 12- TOMÁS, D. N.; VECTORE, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. Psicologia: Ciência e Profissão, 32 (3), 576-587
- 13- NASCIMENTO, R. D. M. do; PEDROSO, J. da S. (2013). Reflexões acerca da Experiência de Observação de um Bebê Abrigado. Revista mal-estar e subjetividade, Fortaleza - vol. Xiii - Nº 1-2: 369- 386.
- 14- CHAVES, C. M. P. et al.; et al.(2013). Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. Rev Bras Enferm.,Brasília, 66(5): 668-74.
- 15- ÁLVARES, A. de M.; LOBATO, G. R. 2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Temas em Psicologia, Vol. 21, nº 1, 151 – 164
- 16- CRUZ, E. J. da S.; DIAS, G. B.; PEDROSO, J. da S. (2014). Estudo do “Ages and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas. Psico-USF, Bragança Paulista, 19(3), 411-420
- 17- FRANCO, E. C.; LOPES, A. C.; LOPES-HERRERA, S. A. (2014). Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas. Rev. CEFAC, São Paulo, 16(6),1837-1841
- 18- CRUZ, E. J. S. da; CAVALCANTE, L. I. C.; PEDROSO, J. da S. P. (2014). Inventário do conhecimento do desenvolvimento infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. Revista da SPAGESP, São Paulo,15(1), 49-63
- 19- BRITO, C. O. de; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. Temas em Psicologia, Vol. 22, nº 2, 401-413
- 20- MISQUIATTI, A. R. N. et al. (2015). Desempenho de vocabulário em crianças pré-escolares institucionalizadas. Rev. CEFAC, São Paulo,17(3),783-791
- 21- DIAS, G. B.; PEDROSO, J. da S.; SANTOS, A. C. S. L. dos (2015). Avaliação de Desenvolvimento de Bebês em Acolhimento Institucional com “Ages and Stages Questionnaires”. Mudanças – Psicologia da Saúde, 23 (2) 1-7.

- 22- CARVALHO, C. F. et al. (2015). Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais. *Aletheia* 47-48, p.51-63.
- 23- AZEVEDO, T. B. V. de et. al (2016). Assistência dos cuidadores nas atividades de autocuidado de crianças em acolhimento institucional. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, 18(3), 115-126.
- 24- HUEB, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção. *Revista da SPAGESP*, São Paulo, 17(1), 28-38
- 25- LEMOS, S. de C.A.; GEHELLE, H. H. L.; ANDRADE, J. V. de (2017). Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Vol. 33, pp. 1-10.
- 26- OMIZZOLLO, P.; SILVA, M. da R. (2018). O olhar do agente educador sobre a constituição psíquica de crianças acolhidas. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 18(2): 105-116.
- 27- GUERRA, L. L.; DEL PRETTE, Z. P. (2018). Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 70 (3): 98-112
- 28- HEUMANN, S.; CAVALCANTE, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 70 (2): 22-37
- 29- MEDEIROS, B. C. D. de (2018). O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 38 n°1, 74-87.